****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 26, Ano 63, Sexta-feira.**

**09 de Fevereiro de 2018**

**Gabinete do Prefeito, pág. 01**

**DECRETO Nº 58.085, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2018**

*Dispõe sobre o funcionamento das repartições*

*públicas municipais da Administração*

*Direta, Autárquica e Fundacional no ano de 2018.*

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso

das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Não haverá expediente nas repartições públicas

municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional

nos feriados nacionais, estaduais e municipais, na conformidade

do Anexo I deste decreto.

Art. 2º Fica declarado ponto facultativo nas repartições

públicas municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional

nos dias referidos no Anexo II deste decreto.

§ 1º Na Quarta-feira de Cinzas, o expediente terá início às 12 horas.

§ 2º Nos dias aos quais se refere o “caput” deste artigo,

poderá ser instituído plantão, nos casos julgados necessários,

a critério dos titulares dos órgãos da Administração Direta,

Autarquia ou Fundação.

Art. 3º Não poderá ocorrer a interrupção do expediente,

nos termos dos artigos 1º e 2º deste decreto, nas unidades cujas

atividades não possam sofrer solução de continuidade.

Art. 4º Nos dias referidos no Anexo III deste decreto, os

órgãos da Administração Direta, as Autarquias e as Fundações

poderão, a critério de seus titulares, permitir ausências compensadas,

mediante a formação de duas turmas de trabalho que se revezarão nas respectivas datas, devendo o expediente para atendimento ao público obedecer ao horário normal de funcionamentode cada unidade.

§ 1º Cada servidor poderá compensar, nos termos do “caput”

deste artigo, no máximo 2 (duas) ausências por ano.

§ 2º Os servidores não poderão participar das ausências

compensadas dos dias 16 de novembro de 2018 e 19 de

novembro de 2018 simultaneamente, devendo, se for o caso,

escolher apenas uma das datas para se ausentar.

§ 3º As horas não trabalhadas deverão ser compensadas a

partir do primeiro dia útil subsequente ao da ausência, até o dia 15 do mês seguinte, no início ou no fim do expediente, a critério da chefia imediata.

§ 4º Se o servidor entrar em gozo de férias ou licença

ou, ainda, for afastado, nos termos da legislação vigente, a

compensação dar-se-á até o dia 15 do mês seguinte ao do seuretorno.

Art. 5º Para os dias úteis das duas semanas comemorativas

das festas de Natal e fim de ano, os órgãos e entes da Administração

Direta, Autárquica e Fundacional organizarão o recesso

compensado, mediante a formação de duas turmas de trabalho

que se revezarão nas respectivas semanas, devendo o expediente

para atendimento ao público obedecer ao horário normal de

funcionamento de cada unidade.

§ 1º Somente poderão participar do recesso compensado

de final de ano os servidores lotados em órgãos ou entes que já

tenham adotado o Sistema de Gestão Eletrônica de Frequência,

instituído pelo Decreto nº 57.947, de 23 de outubro de 2017,

salvo se comprovado que a implantação não ocorreu por indisponibilidade

dos meios, com autorização expressa da Secretaria Municipal de Gestão.

§ 2º Não poderá participar de uma das turmas do recesso compensado o servidor que tiver sofrido qualquer tipo de punição disciplinar no exercício.

§ 3º O servidor que estiver em gozo de férias em uma das

duas semanas referidas no “caput” deste artigo, ainda que

parcialmente, não poderá participar do recesso compensado.

§ 4º A competência para estabelecer, por portaria, a organização

e as regras de compensação das horas não trabalhadas

pelos participantes do recesso compensado fica delegada aos

titulares dos órgãos ou entes, respeitadas as regras previstas neste decreto.

Art. 6º Fica permitida a participação dos Secretários Municipais

e Prefeitos Regionais nas ausências compensadas e no

recesso compensado de final de ano, nos termos do previsto

nos artigos 4º e 5º deste decreto.

Art. 7º Excetuam-se do disposto nos artigos 4º e 5º deste

decreto as unidades vinculadas aos órgãos e entes da Administração

Direta, Autárquica e Fundacional cujas atividades não

possam ser desenvolvidas com redução de servidores.

Art. 8º Caso o servidor mantenha 2 (dois) vínculos de trabalho

com o Município de São Paulo, será considerada, para os fins do disposto nos artigos 4º e 5º deste decreto, a frequência em ambos os vínculos.

Art. 9º Caso o servidor cedido retome o exercício do cargo

ou função do qual estava afastado, poderá participar das ausências

compensadas ou do recesso compensado de final de

ano se comprovar 100% (cem por cento) de frequência durante

o afastamento, nos 30 (trinta) dias anteriores à ausência ou no

exercício, respectivamente.

Art. 10. Exclusivamente para o fim de participação nas

ausências compensadas ou no recesso compensado de final de

ano, serão considerados como frequência regular:

I - o gozo do recesso concedido no exercício anterior, desde que as horas não trabalhadas tenham sido efetivamente compensadas;

II - os dias de ausência compensada nos termos deste decreto, desde que as horas não trabalhadas tenham sido efetivamente compensadas;

III - férias, nos termos do artigo 64, inciso I, da Lei nº 8.989,

de 29 de outubro de 1979;

IV - o afastamento concedido em virtude de casamento,

nos termos do artigo 64, inciso II, da Lei nº 8.989, de 1979;

V - os afastamentos concedidos em virtude de luto, nos

termos do artigo 64, incisos III e IV, da Lei nº 8.989, de 1979;

VI - a convocação para cumprimento de serviços obrigatórios

por lei, nos termos do artigo 64, inciso VI, da Lei nº 8.989,de 1979;

VII – a licença por acidente do trabalho ou doença profissional,

nos termos do artigo 64, inciso VII, da Lei nº 8.989, de 1979;

VIII - a licença à gestante ou maternidade especial;

IX - a licença-paternidade de que trata a Lei nº 10.726, de

8 de maio de 1989, bem como a licença-adoção e a licença-

-guarda previstas na Lei 9.919, de 21 de junho de 1985;

X - a licença compulsória para tratar da própria saúde, nos

termos do artigo 64, inciso IX, da Lei nº 8.989, de 1979;

XI - as faltas abonadas pela autoridade competente, nos

termos do artigo 64, inciso X, da Lei nº 8.989, de 1979, observando-

se o estrito cumprimento das regras previstas no Decreto

nº 24.146, de 2 de julho de 1987.

Art. 11. Não poderão ser abonadas eventuais faltas dos

servidores participantes das ausências compensadas e do

recesso compensado de final de ano, nos dias referidos noAnexo III deste decreto e nas duas semanas das festas de Natal e final de ano.

Art. 12. Serão descontados os valores devidos a título de

auxílio-transporte, vale-transporte, auxílio-refeição, vale-refeição,

vale-alimentação ou quaisquer outras verbas pagas com

essas mesmas finalidades dos servidores que participarem das

ausências compensadas e do recesso compensado, referentes

aos dias não trabalhados.

Art. 13. A não compensação, total ou parcial, das horas não

trabalhadas, nos termos do disposto nos artigos 4º e 5º deste

decreto, acarretará os descontos pertinentes.

Art. 14. A não compensação dos dias não trabalhados acarretará

o apontamento das faltas correspondentes, sem prejuízo

do disposto no artigo 14 deste decreto.

Art. 15. Será considerada como motivo justificado para o

abono de faltas ao serviço, nos termos do parágrafo único do

artigo 92 da Lei nº 8.989, de 1979, observando-se o limite ali

fixado, que não poderá exceder a 2 (duas) faltas ao serviço,

por mês, a ausência dos servidores que professem as religiões

judaica e islâmica, nas seguintes datas:

I - religião judaica: Rosh Hashaná e Yom Kipur;

II - religião islâmica: Eid Al Fitr (fim do Ramadã).

Art. 16. O cumprimento das disposições deste decreto

caberá às unidades de gestão de pessoas e às autoridades

competentes de cada órgão ou ente.

Art. 17. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 8 de fevereiro

de 2018, 465º da fundação de São Paulo.

JOÃO DORIA, PREFEITO

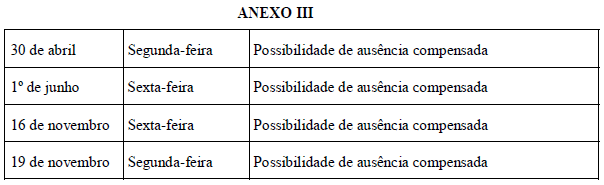
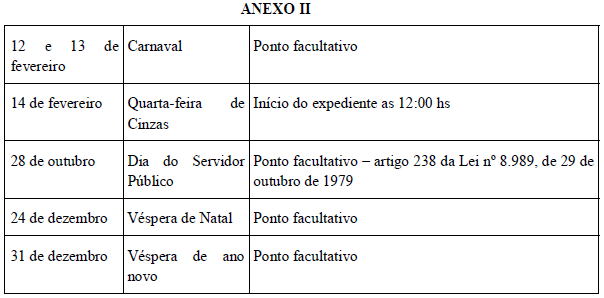
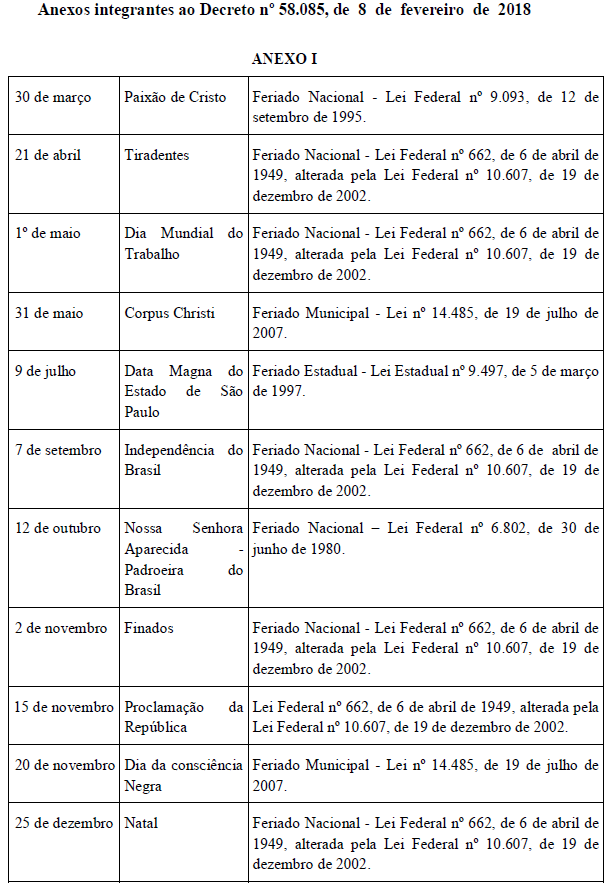
PAULO ANTONIO SPENCER UEBEL, Secretário Municipal de Gestão

ANDERSON POMINI, Secretário Municipal de Justiça

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo Municipal

BRUNO COVAS, Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, em 8 de fevereiro de 2018.



**Secretarias, pág. 06**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE**

**6064.2018/0000076-1**

SMTE – Empenhamento para despesas com IPTU 2018 –

CATE Interlagos. I – Nos termos do artigo 60 da Lei Federal n.

4.320/1964 e nas normas hospedadas no Decreto Municipal n.

58.070, de 16 de janeiro de 2018, à vista dos elementos contidos

no presente, notadamente manifestação da Supervisão de

Execução Orçamentária e Financeira e o disposto na Cláusula

6ª do Contrato de locação nº 04/2005/SMTE, observadas as

formalidades legais e cautelas de estilo, e no exercício das

competências a mim delegadas pela Portaria n. 38/2013-SMTE,

AUTORIZO a emissão de Notas de Empenho para pagamento

das despesas de IPTU referentes ao exercício de 2018 do imóvel

locado por esta Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo

– SMTE situado na Av. Interlagos, nº 6122, onde está

instalado o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo

– CATE – Interlagos, no valor global de R$ 57.420,80 (cinquenta

e sete mil, quatrocentos e vinte reais e oitenta centavos), onerando

a dotação orçamentária 30.10.11.334.3019.8.090.3.3.90.

39.00.00, observando-se, no que couber, as disposições contidas

nas Leis Complementares nos 101/00 e 131/09. II - Por consequência,

autorizo a liquidação do Empenho.

**6064.2018/0000077-0**

SMTE. – Empenhamento para despesas com IPTU 2018 –

CATE Santana. I – Nos termos do artigo 60 da Lei Federal n.

4.320/1964 e nas normas hospedadas no Decreto Municipal n.

58.070, de 16 de janeiro de 2018, à vista dos elementos contidos

no presente, notadamente manifestação da Supervisão de

Execução Orçamentária e Financeira e o disposto na Cláusula 6ª

do Contrato de locação nº 24/2005/SMTE, observadas as formalidades

legais e cautelas de estilo, e no exercício das competências

a mim delegadas pela Portaria n. 38/2013-SMTE, AUTORIZO

a emissão de Notas de Empenho para pagamento das despesas

de IPTU referentes ao exercício de 2018 do imóvel locado por

esta Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo –

SMTE situado na Rua Voluntários da Pátria, nº 1553/55, onde

está instalado o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo

– CATE –Santana, no valor global de R$ 25.479,87 (vinte

e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e

sete centavos), onerando a dotação orçamentária 30.10.11.33

4.3019.8.090.3.3.90.39.00.00, observando-se, no que couber,

as disposições contidas nas Leis Complementares nos 101/00

e 131/09. II - Por consequência, autorizo a liquidação e pagamento

do Empenho.

**6064.2018/0000078-8**

SMTE – Empenhamento para despesas com IPTU 2018 –

CATE Central. I – Nos termos do artigo 60 da Lei Federal n.

4.320/1964 e nas normas hospedadas no Decreto Municipal n.

58.070, de 16 de janeiro de 2018, à vista dos elementos contidos

no presente, notadamente manifestação da Supervisão de

Execução Orçamentária e Financeira e o disposto na Cláusula

6ª do Contrato de locação nº 004/2017/SMTE, observadas as

formalidades legais e cautelas de estilo, e no exercício das

competências a mim delegadas pela Portaria n. 38/2013-SMTE,

AUTORIZO a emissão de Notas de Empenho para pagamento

das despesas de IPTU referentes ao exercício de 2018 do imóvel

locado por esta Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo

– SMTE situado na Av. Rio Branco, nº 252, onde está

instalado o Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo

– CATE – Central, no valor global de R$ 47.563,47 (quarenta

e sete mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e sete

centavos), onerando a dotação orçamentária 30.10.11.334.3

019.8.090.3.3.90.39.00.00, observando-se, no que couber, as

disposições contidas nas Leis Complementares nos 101/00 e

131/09. II - Por consequência, autorizo a liquidação e pagamento

do Empenho.

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**

**COMITÊ DE CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO DA COPA**

**DO MUNDO DE FUTEBOL DE 2014**

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de janeiro do ano de dois

mil e dezoito (2018), considerando a Ata de Reunião do dia 30

de janeiro de 2017, consultou-se os membros do Comitê de

Construção do Estádio da Copa do Mundo de Futebol de 2014,

criado pela Lei nº 15.413, de 20 de julho de 2011, regulamentado

pelo Decreto nº 52.871, de 22 de dezembro de 2011, sob a

presidência da Senhora Secretária Municipal do Trabalho e Empreendedorismo,

Aline Cardoso. Anuíram: o Senhor Secretário

Municipal de Governo, Julio Francisco Semeghini Neto; o Senhor

Secretário Municipal de Fazenda, Caio Megale – Membro; o

Senhor Secretário Municipal de Gestão, Paulo Antônio Spencer

Uebel – Membro; o Senhor Marcos Camargo Campagnone,

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento

em substituição a Senhora Secretária Municipal de

Urbanismo e Licenciamento, Heloísa Maria de Sales Penteado

Proença – Membro, o Senhor Secretário Municipal de Justiça,

Anderson Pomini – Membro. A Senhora Presidente abriu os

trabalhos indicando a mim, Juliana Ribeiro, para secretariar a

reunião. Ordem do dia: (i) Aprovação da Minuta da Deliberação

01/2018 alterando a Deliberação 1/13-SEMTE, que disciplina as

formas e condições de transferência de titularidade, controle

e utilização e Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento

(“CID”), anexa a esta Ata (ii) orçamento disponível para o exercício,

o valor limite até o qual a SF poderá autorizar a fruição

do CID. Discussão: A Presidente do Comitê apresentou minuta

da Deliberação 01/2018 elaborada pela SF em conjunto com a

SMTE. Após, a Secretária encaminhou a proposta da Secretaria

da Fazenda para que o orçamento disponível para o exercício

seja de R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais). O Comitê

Decide por unanimidade, (i) Aprovar a Deliberação 01/2018 (ii)

aprovar o Valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais),

com possíveis suplementações devidamente aprovadas pela

JOF . Não havendo nada mais a ser tratado, deu-se por encerrada

a presente reunião e eu, Juliana Ribeiro, designada para

secretariar esta reunião, lavro a presente ata, que vai por mim

assinada e, que submeto a aprovação e assinatura de todos os

membros presentes na Reunião Extraordinária do Comitê de

Construção do Estádio da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

**DELIBERAÇÃO 01/18 - SMTE.**

**ALTERA A DELIBERAÇÃO 1/13 – SEMTE,**

**QUE DISCIPLINA AS FORMAS E CONDIÇÕES DE**

**EMISSÃO, TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE,**

**CONTROLE E UTILIZAÇÃO E CERTIFICADOS DE**

**INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO (“CID”)**

CAPÍTULO I – DA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

Art. 1º A transferência da titularidade dos CID poderá ser

realizada por qualquer meio, desde que previamente comunicada

à Secretaria Municipal da Fazenda - SF, sob pena de não

reconhecimento da transmissão.

§ 1º A transferência de que trata o caput deste artigo

deverá vir acompanhada do número do cadastro de CNPJ ou

de CPF e, quando o caso, do número do cadastro do CCM ou

SQL das pessoas compradoras, juntando cópias dos respectivos

contratos sociais ou estatutos, bem como a indicação do novo

representante legal, que passará a ter as competências de que

tratam os artigos 3º e 4º desta Deliberação.

§ 2º A SF publicará, em até 10 dias úteis, as transferências

de titularidade no Diário Oficial da Cidade e efetuará a anotação

em sistema ou banco de dados próprio.

CAPÍTULO II – DO PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO CID

Art. 2º Os CID poderão ser utilizados, para pagamento

do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou do

Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, inscritos ou não em

dívida ativa, devidos pelo seu titular ou por contribuinte por ele

indicado, excluído o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

– ISS retido na fonte.

§ 1º Os CID somente poderão ser utilizados após emissão,

pelo Comitê de que trata o art. 3º da Lei da Lei 15.413 (“Comitê”),

de 20 julho de 2011, do Termo de Conclusão do Investimento

e de Liberação do Uso do CID.

§ 2º O Comitê estabelecerá, anualmente e respeitado o

orçamento disponível para o exercício, o valor limite até o qual

a SF poderá autorizar a fruição do CID.

§ 3º Caberá ao Comitê avaliar a necessidade de complementação

do valor limite para o exercício a que se refere.

§ 4º Por razões operacionais e orçamentárias, não será possível

haver a utilização do CID no mês de janeiro de cada ano;

Art. 3º Para utilização dos CID no pagamento dos tributos

o titular do CID deverá formular o pedido à SF, devidamente firmado

pelo representante legal, com as seguintes informações:

I – atos constitutivos, procurações e demais documentos

societários comprobatórios dos poderes de representação;

II – via original dos CID a serem utilizados;

III – indicação do valor da atualização monetária, entre a

data de emissão e de fruição do CID, de que trata o Art. 2º da

Lei 15.413, com a respectiva memória de cálculo;

IV –endereço de correspondência eletrônica do representante

do titular do CID;

V – preferencialmente, documentos de arrecadação do

Município de São Paulo – DAMSP relacionados aos tributos que

serão pagos.

§ 1º Os DAMSP de que trata o inciso V poderão ser enviados

à SF posteriormente, caso não seja possível apurar o valor

do débito até a data de solicitação da fruição do CID.

§ 2º A SF avaliará o pedido de fruição do CID e em caso

de rejeição do pedido comunicará, por ofício, a interessada que

poderá encaminhar a documentação com a solicitação para

revisão por parte do Comitê, que efetuará nova deliberação.

§ 3º A rejeição, pela SF, do pedido de fruição somente

poderá ocorrer caso seja verificada alguma irregularidade na

documentação constante dos incisos I e II do artigo 3º desta

Deliberação ou caso os valores globais solicitados sejam superiores

ao estabelecido pelo Comitê.

CAPÍTULO IV – DO PAGAMENTO DO TRIBUTO

Art. 4º Finalizada a análise nos termos dos artigos 3º desta

Deliberação, a SF tomará as seguintes medidas:

I – efetuará a liquidação da despesa referente ao valor do

principal e da atualização do CID;

II – enviará DAMSP complementar da diferença entre o

valor do tributo e o valor atualizado do CID para o endereço de

correspondência eletrônica informado no pedido de fruição do

CID, caso a liquidação da despesa ocorra até a menor data de

vencimento dos tributos que serão pagos com os CID e o titular

do CID tenha encaminhado os DAMSP;

III – anotará em sistema ou base de dados próprios a fruição

dos CID utilizados no pagamento do tributo;

IV – emitirá, após a confirmação do pagamento, os comprovantes

de quitação dos DAMSP constantes do pedido de

fruição e os enviará, por correspondência eletrônica, ao endereço

informado no inciso IV do art. 3º desta Deliberação;

V – Informará a administração tributária sobre a quitação

de tributos com a utilização de CID.

§ 1º A data de vencimento do DAMSP complementar de

que trata o inciso II será a igual à menor data de vencimento

dos tributos vinculados aos DAMSP enviados em decorrência do

inciso V do art. 3º desta Portaria.

§ 2º O titular do CID deverá efetuar o pagamento do DAMSP

complementar, na rede bancária arrecadadora, até a data

de vencimento constante no documento ou, caso não receba

o documento em tempo hábil à quitação, efetuar o crédito do

valor da diferença entre o valor do tributo e o valor atualizado

do CID na conta corrente do Município indicada pela área

competente da SF.

§ 3º O crédito de que trata o parágrafo anterior deverá

ser efetuado até a menor data de vencimento dos tributos que

serão pagos com a utilização do CID.

§ 4º Em caso de não recebimento do DAMSP complementar

de que trata o inciso II, independentemente de culpa ou do

motivo, o titular do CID deverá calcular o valor da diferença

entre o valor do tributo e o valor atualizado do CID e efetuar

o crédito na conta corrente do Município indicada pela área

competente da SF.

§ 5º Em caso de atraso no pagamento do valor complementar,

serão perdidos, em sua integralidade, todo e qualquer

desconto aplicado ao pagamento do débito tributário, bem

como serão devidas atualização, multa e juros do valor do

complemento, nos termos da legislação em vigor para o tributo

em questão.

§ 6º Quando da aplicação do § 5º e na hipótese de quitação

de mais de um débito tributário no mesmo pedido de

fruição, o representante do titular do CID indicará a ordem de

quitação dos débitos, de forma a poder minimizar o valor dos

descontos perdidos e dos acréscimos.

CAPÍTULO V – DA TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA E CONTROLE

Art. 6º A SMTE transferirá à SF as seguintes informações,

em processo eletrônico, devendo manter a guarda dos documentos

físicos:

I – Termo de Conclusão do Investimento e de Liberação do

Uso do CID;

II – Relação dos CID emitidos e fruídos;

III – Relação dos CID emitidos e não fruídos;

IV – Titular atual de cada CID.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Sempre que possível, os atos administrativos decorrentes

da aplicação deste normativo serão realizados em

sistema eletrônico de informação.

Art. 8º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial

os artigos 8º a 14º da Deliberação nº 1/2013 – SEMTE.

**Secretarias, pág. 15**

**FAZENDA**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**REPUBLICAÇÃO DA PORTARIA SF, SMG, SGM, SMJ Nº**

**02, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2018 E ANEXOS I E II, PUBLICADA**

**NO DOC – 06/02/2018 – PAG. 16, POR TER SAÍDO**

**COM INCORREÇÕES**

**PORTARIA CONJUNTA SF, SMG, SGM, SMJ nº 02, de 05**

**de fevereiro de 2018.**

**Dispõe sobre os procedimentos específicos para a**

**execução orçamentária e financeira no exercício de 2018.**

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA**, o **SECRETÁRIO**

**MUNICIPAL DE GESTÃO**, o **SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL**

e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE JUSTIÇA**, no uso de

suas atribuições legais e regulamentares,

**CONSIDERANDO** as disposições do Decreto nº 53.687, de

02 de janeiro de 2013, que cria a Junta Orçamentário-Financeira

– JOF,

**CONSIDERANDO** as disposições do Decreto nº 58.070, de

16 de janeiro de 2018, que fixa as normas referentes à execução

orçamentária e financeira para o exercício de 2018,

**RESOLVEM:**

Art. 1º. A execução da despesa orçamentária pelas Unidades

Orçamentárias da Administração Direta, suas Autarquias e

Fundações e Empresa Estatal Dependente, Fundos Municipais,

bem como do Poder Legislativo, obedecerá aos valores das Cotas

Orçamentárias por Dotação, na conformidade dos limites estabelecidos

nos Anexos I e II integrantes desta Portaria, observadas as

seguintes regras:

I – a cota orçamentária inicial para as atividades orçamentárias

das Fontes “00 – Tesouro Municipal" e "08 – Tesouro Municipal

Vinculado" será concedida para o exercício, exceto para os

casos previstos no § 3º, art. 3º do Decreto nº 58.070/18;

II – a cota para projetos de Fonte “00 – Tesouro Municipal”

será alocada mediante encaminhamento de planilha consolidando

os compromissos decorrentes dos projetos em andamento,

acompanhada de detalhamento de seus respectivos cronogramas

de desembolso e após avaliação pela Junta Orçamentário-

-Financeira – JOF, nos termos do § 4º do art. 3º e do § 1º do art.

7º ambos do Decreto nº 58.070/18;

III – a cota orçamentária destinada às Operações Especiais

será concedida, especificamente, de acordo com a solicitação do Órgão responsável, nos termos do § 5º, art. 3º do Decreto nº 58.070/18.

§ 1º. As cotas orçamentárias dos Órgãos poderão ser alteradas

por determinação da JOF, a qualquer tempo, visando compatibilizar

as liquidações de despesas com a evolução das receitas,

em conformidade com o previsto no art. 44 da Lei nº 16.693/17.

§ 2º. As cotas orçamentárias liberadas estão em consonância

com a capacidade de arrecadação da receita orçamentária estimada,

ensejando que nas eventuais necessidades adicionais de

cota orçamentária para executar determinada despesa seja considerada,

inicialmente, a redução de outras despesas do órgão.

§ 3º A Assessoria Econômica – ASECO, informará à Subsecretaria

de Planejamento e Orçamento Municipal - SUPOM,

ambas da Secretaria Municipal da Fazenda, após o encerramento

de cada bimestre, a receita realizada no bimestre de referência,

destacando a base para a apuração dos recursos vinculados à

Educação, nos termos do art. 208 da Lei Orgânica do Município

de São Paulo – LOM e para a Saúde, nos termos da Emenda

Constitucional nº 29/2000, para viabilizar o cumprimento do art.

42 da Lei nº 16.693/17.

Art. 2º. Compete aos Órgãos e às Unidades Orçamentárias:

I – a correta identificação dos itens de despesas e Detalhamento

das Ações – DA nas respectivas notas de empenho, sendo

de responsabilidade intrínseca, inerente e solidária da unidade

de finanças e orçamento do Órgão e do Ordenador de Despesa;

II – o gerenciamento das suas disponibilidades de cotas,

atentando para que, em nenhuma hipótese, sejam utilizadas para

a realização de novas despesas, em detrimento das já existentes

e a aplicação em finalidade diversa daquela para o qual foi liberado

o recurso, em conformidade com as orientações constantes

nos artigos 4º, 5º e 6º do Decreto nº 58.070/18.

§ 1º. A identificação incorreta dos itens de despesa ou DA

nas respectivas notas de empenho acarretará o bloqueio da

liberação de cotas orçamentárias até a adequação do enquadramento.

§ 2º. A alocação de cotas no Sistema SOF será vinculada

por dotação orçamentária, de acordo com as respectivas autorizações.

Art. 3º. As cotas orçamentárias iniciais atribuídas às Autarquias,

Fundações e Empresa Estatal Dependente são as definidas

no Anexo II desta Portaria.

§ 1º. As liberações de cotas orçamentárias posteriores estarão

condicionadas ao cumprimento dos parágrafos §§ 6º e 7º do

artigo 3º do Decreto nº 58.070/18.

§ 2º. O Departamento de Administração Financeira - DEFIN,

da Secretaria Municipal da Fazenda, efetuará o repasse financeiro

referente à execução descentralizada da fonte “00 – Tesouro Municipal”

às Autarquias, Fundações e Empresa Estatal Dependente,

no primeiro dia útil de cada decêndio, até o limite das cotas

orçamentárias autorizadas, conforme Anexo II desta Portaria e

mediante solicitação prévia acompanhada de Fluxo de Caixa que

justifique o valor solicitado e de avaliação preliminar da secretaria

a qual esteja vinculada.

Art. 4º. As dotações com fonte de recurso diversa da fonte

"00 – Tesouro Municipal" serão mantidas indisponíveis e sua liberação

poderá ser solicitada mediante processo SEI específico a

ser encaminhado à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Municipal - SUPOM, da Secretaria Municipal da Fazenda, acompanhada

de informações quanto às condições formalizadas para

o ingresso da respectiva fonte, bem como de detalhamento do

cronograma físico-financeiro, no caso de obras, e outras informações

de natureza financeira, como por exemplo extrato bancário,

para subsidiar a decisão da JOF.

§ 1º. Em complemento ao disposto no caput deste artigo,

em havendo a respectiva adequação orçamentária para fins de

liberação de cota, poderão ser considerados os saldos financeiros

de ano anterior e os respectivos ingressos das receitas correspondentes.

§ 2º. Excetuam-se do caput deste artigo as atividades que

possuírem recursos financeiros de fonte diversa da fonte “00

– Tesouro Municipal”, mas com repasses contínuos, cuja cota

inicial foi estabelecida nos Anexos I e II desta Portaria.

§ 3º. Para as despesas financiadas por fontes diversas e

que possuírem contrapartida de fonte “00 – Tesouro Municipal”

deverá ser apresentado no mesmo documento o cronograma

físico-financeiro das diferentes fontes.

Art. 5º. A execução de recursos provenientes de Nota de Reserva

com Transferência - NRT nos termos do art. 11 do Decreto

nº 58.070/18 onera as cotas da unidade cedente, pelo qual a solicitação

de cotas, nos termos do art. 3º do Decreto nº 58.070/18, quando necessária, deverá ser providenciada pela respectiva unidade cedente.

§ 1º Nos casos em que a NRT for entre uma unidade orçamentária

da Administração Direta e uma entidade da Administração

Indireta, o titular da unidade/entidade cedente declarará expressamente a entidade que executará os referidos recursos por delegação, bem como a respectiva finalidade, por meio de despacho próprio.

§ 2º Para fins de controle das transferências realizadas

nos termos do caput deste artigo, os procedimentos contábeis,

financeiros e de execução orçamentária ocorrerão no âmbito da

unidade/entidade cedente, sendo que a responsabilidade pela respectiva execução da despesa orçamentária é solidaria entre cedente e executor.

§ 3º A unidade cedente deverá acompanhar a respectiva execução

dos recursos de forma imediata no Sistema de Orçamento

e Finanças - SOF. Desta forma, fica dispensado relatório orçamentário-

financeiro específico, além dos disponibilizados no SOF.

§ 4º Para a execução dos recursos transferidos, a unidade/

entidade executora deverá requisitar acesso especifico à Coordenadoria

do Orçamento – CGO, da Secretária Municipal da

Fazenda, através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI,

abrindo um processo especifico com o tipo “Orçamento – Reserva

com Transferência”, devendo conter o formulário de acesso,

conforme Anexo III, e cópia de despacho para os casos previstos

no § 1º deste artigo. Após a validação das informações a CGO

encaminhará o processo SEI à Divisão de Gerenciamento do

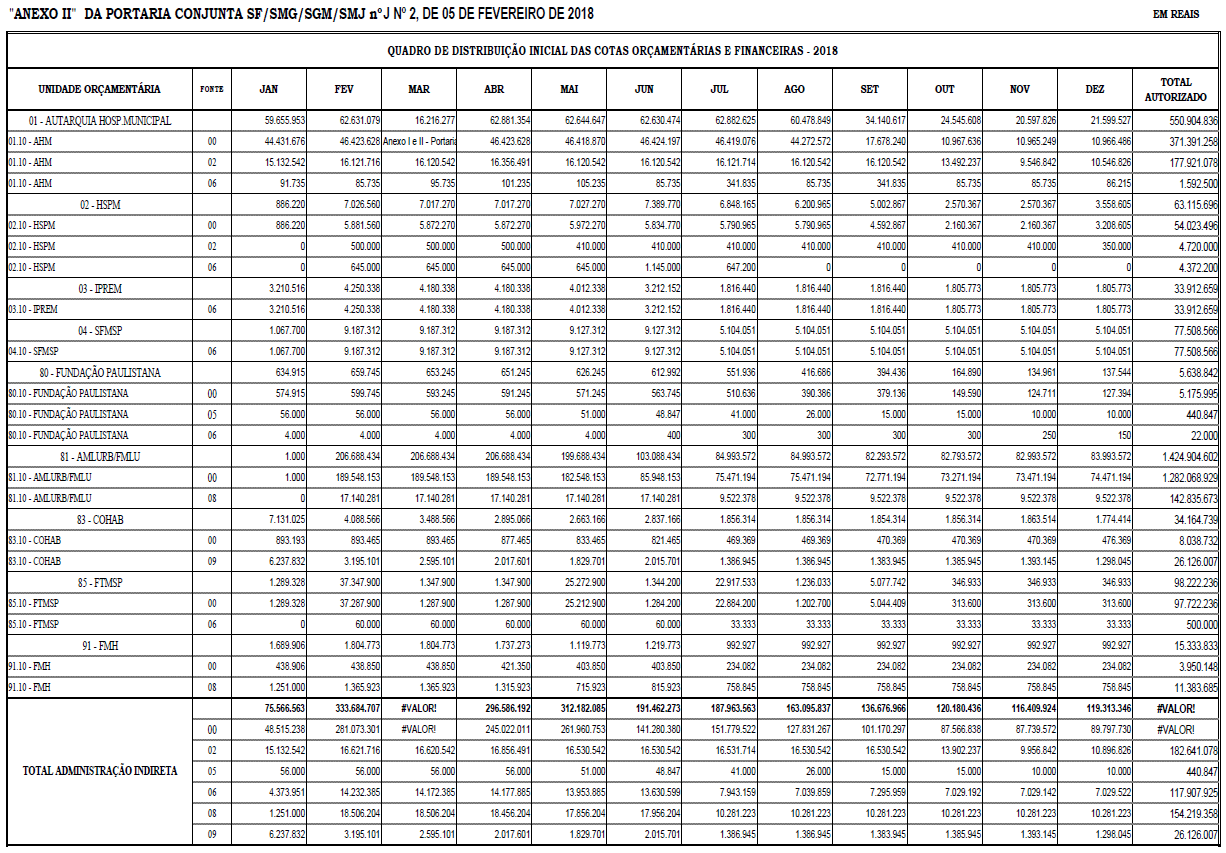
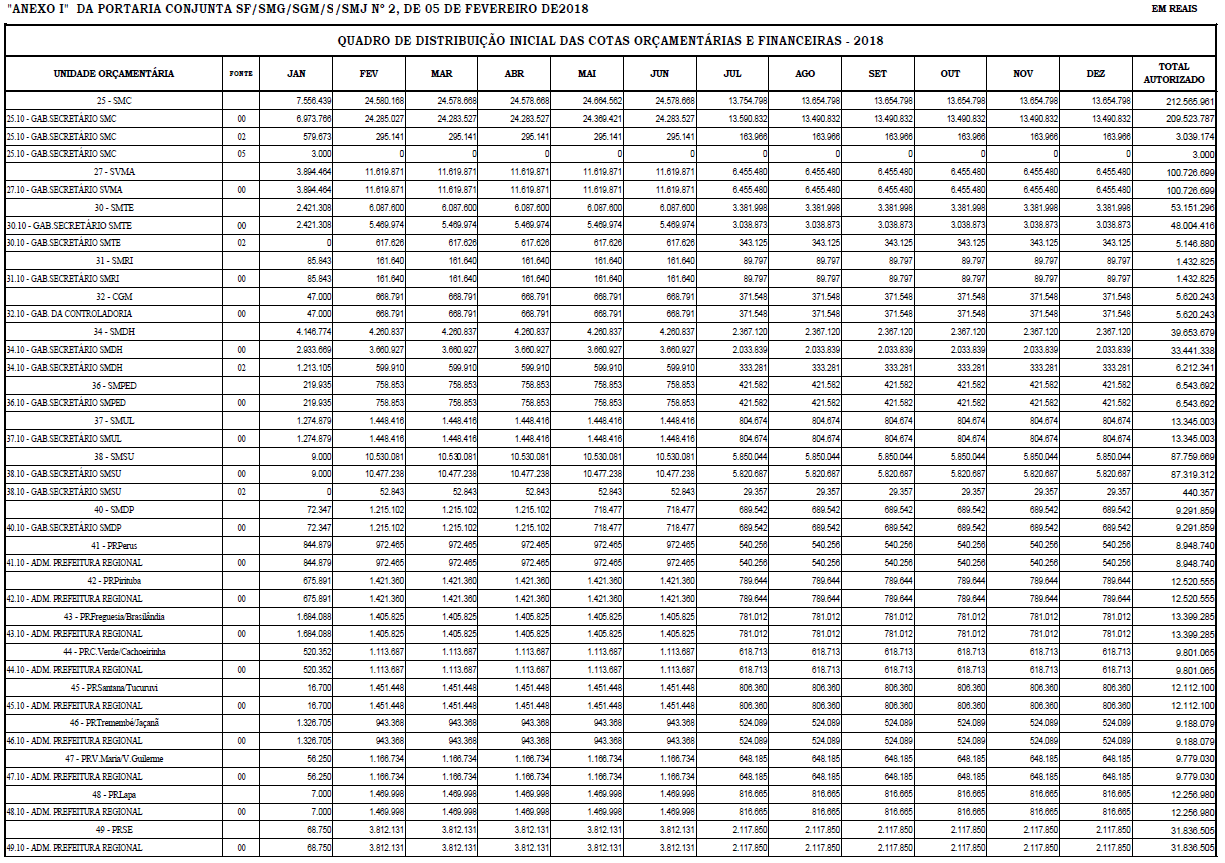
Sistema de Execução Orçamentária – DISEO para o procedimento

de efetivação do acesso no SOF.

Art. 6º. Os casos omissos e situações excepcionais serão

resolvidos pela JOF.

Art. 7º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.



**Servidores, pág. 32**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS EM PECÚNIA E DEMAIS DIREITOS:**

**DEFIRO**o pagamento das férias do servidor abaixo, nos

termos da O.N. 02/94-SMA, com as alterações do Despacho

Normativo n° 002/SMG-G/2006 e da ON. N° 001/SMG-G/2006,

acrescido de 1/3:

**839.149.1/3 – PAULO FAILDE DAMACENO**, processo

nº. 2018-0.012.657-0, relativa ao exercício de 2018 (30 dias),

acrescidos de 1/3.

**822.434.0/1 – SILMARA DIAS SILVA**, processo nº. 2018-

0.012.654-5, relativa ao exercício de 2018 (30 dias), acrescidos

de 1/3.

**817.827.5/3 – THEO NASCIMENTO DE ARAÚJO**, processo

nº. 2018-0.012.658-8, relativa ao exercício de 2018 (30 dias),

acrescidos de 1/3.

**PROCESSO 2018-0.009.799-5**

I – Nos termos do Artigo 3º da Emenda Constitucional

47/2005, Aposentadoria Voluntária por tempo de contribuição

com proventos integrais, e à vista das informações constantes

no presente, **APOSENTE-SE** o Sr. GILBERTO PEREIRA DA SILVA

- R.F. 622.673.6/1, Agente de Apoio Nivel I, Efetivo, Padrão/

Ref. B4.

**Observação:**

1.O aposentado acima relacionado deverá comparecer, a partir

do 3º dia útil após esta publicação, em sua Unidade de Recursos

Humanos, para esclarecimentos referentes ao **PIS/PASEP**,

com os seguintes documentos: RG, demonstrativo de pagamento,

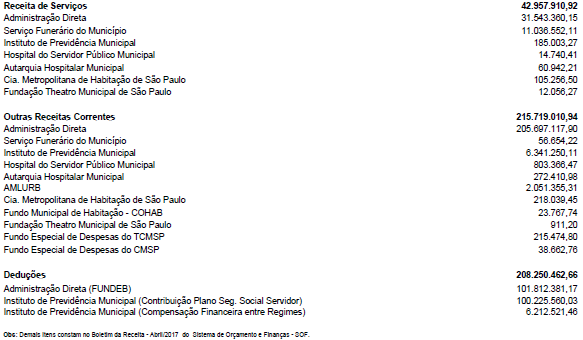
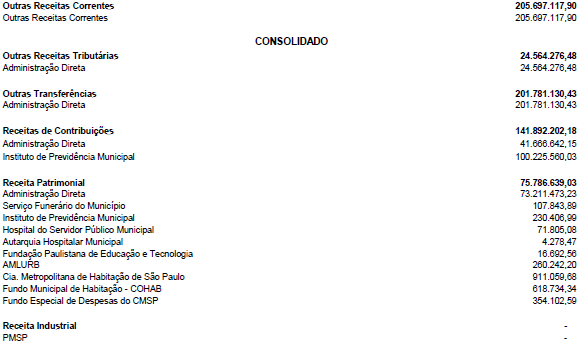
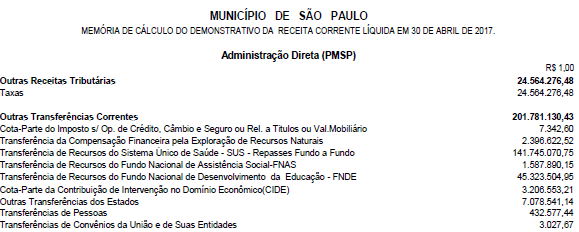
cópia do DOM com a publicação da aposentadoria.

**Editais, pág. 70**

**FAZENDA**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Republicação devido a reprocessamento de dados**



**Licitações, pág. 121**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**Do Processo Administrativo 2017-0.0.127.337-0**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Termo de Fomento n.º 01/2017, celebrado para

implementação de projeto educacional para realização de

cursos de qualificação profissional. Aditamento estimativo.

Redução de objeto. Possibilidade.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei

e demais elementos do presente, em especial a informação da

Coordenadoria de Ensino, Pesquisa e Cultura às fls.171 e 172 do

presente, e parecer jurídico acerca do tema às fls. 173 à 175, os

quais adoto como razão de decidir e com fulcro no artigo 57 da

Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e artigo 60, do Decreto

57.575, de 29 de dezembro de 2016, AUTORIZO, o aditamento

do Termo de Fomento n.º 01/Fundação Paulistana/2017,

nos termos de sua Cláusula Décima Segunda, item 12.1 e

seguintes, celebrado com o CENTRO ORGANIZACIONAL DE

ACOMPANHAMENTO HUMANO – COACH, inscrito no CNPJ/MF

sob o n.º 09.241.265/0001-56, para fazer constar a REDUÇÃO

estimada do objeto pactuado inicialmente para 15 (quinze) turmas

de qualificação a serem oferecidas, podendo ser oferecidas

outras 12 (doze) turmas, conforme disponibilidade orçamentária

e conveniência e oportunidade da Fundação;

II – Por consequência, e com fulcro no mesmo amparo

legal, AUTORIZO a emissão das respectivas notas de empenho

por estimativa, liquidação e pagamento no valor de R$

611.322,30 (seiscentos e onze mil, trezentos e vinte e dois reais

e trinta centavos), visando arcar com as despesas das turmas

já iniciadas, onerando a dotação orçamentária 80.10.12.363

.30.19.2.881.3.3.90.39.00.00 do presente exercício, desde já

autorizados também as suplementações e cancelamentos que

se fizerem necessários, podendo atingir o valor total de contratação

de R$ 1.467.173,48 (um milhão, quatrocentos e sessenta

e sete mil, cento e setenta e três reais e quarenta e oito centavos),

sendo R$ 1.100.380,11 (um milhão e cem mil e trezentos

e oitenta reais e onze centavos) para o presente exercício, caso

em que todas as 27 (vinte sete) turmas serão oferecidas;